

# Sebastianismo, os Jesuítas e os Bragança

## Reflexões historiográficas em torno de 1640<sup>1</sup>

Mafalda Soares da Cunha\*

**Resumo:** Este texto procurará analisar os fundamentos interpretativos da historiografia sobre o carácter «nacionalista» da acção da Companhia de Jesus ao longo dos 60 anos da agregação de Portugal à Monarquia Católica dos Áustrias. Para tal será problematizado o conceito de nacionalismo versus o de fidelidades e demonstrada a importância da propaganda de legitimação dinástica na fixação da memória da actuação dos jesuítas.

**Palavras-chave:** nacionalismo, naturalidade, Casa de Bragança, jesuítas, historiografia.

**Abstract:** This work will analyse the basis for the historiographical interpretation of the 'nationalistic' characteristics pertaining to the action of the Society of Jesus during the 60 year period while Portugal was included in the Habsburgs' Catholic Monarchy. In order to do so, I'll look into the problematic of the concept of nationality versus the one of multiple fidelities and expose the role of propaganda in the historiographical construction of the fathers' action in this period.

**Keywords:** nationalism, origins, Casa de Bragança, jesuits, historiography.

### Introdução

Este texto não tem como objectivo senão a tentativa de compreender os principais itinerários da historiografia em torno da relação entre os Jesuítas, a casa de Bragança e o movimento do 1.º de Dezembro de 1640. Parte-se, portanto, da assunção de que a literatura sobre a «Restauração de 1640» tem sido bastante consensual relativamente à importância da Companhia de Jesus na gestação e consolidação da ruptura de Portugal com a Monarquia Católica dos Áustrias. O itinerário expositivo procurará os fundamentos interpretativos da historiografia, num esforço para desconstruir as visões até hoje ainda dominantes sobre a natureza «nacionalista» do papel que a Companhia de Jesus

\* CIDEHUS – Universidade de Évora.

<sup>1</sup> Agradeço os comentários e sugestões de leitura da primeira versão deste texto a António Vasconcelos de Saldanha, Leonor Freire Costa e Pedro Cardim.

desempenhou ao longo dos 60 anos da agregação de Portugal à Monarquia Católica dos Áustrias. Para tal será problematizado o conceito de nacionalismo vs. o de fidelidades e demonstrada a importância da propaganda de legitimação dinástica na fixação da memória da actuação dos jesuítas.

### O 1.º de Dezembro e a historiografia

Antes de entrar na análise detalhada dessa problemática importará todavia situar a própria questão da ruptura de 1640 na historiografia, pois até à viragem interpretativa apontada por V. Magalhães Godinho<sup>2</sup> e desenvolvida por Fernando Bouza Alvarez na sua dissertação de doutoramento<sup>3</sup>, a análise do processo histórico estava totalmente contaminada por uma visão nacionalista. O mesmo é dizer que aqueles que possibilitaram 1580 e a tomada de poder de Filipe II eram tidos como traidores, enquanto aqueles que, por várias vias, lhe resistiram seriam bons e leais portugueses. Ao estrato popular cabia a constância da luta pelo que se designava como independência e que se consubstanciava no apoio concedido à candidatura de D. António, Prior do Crato em 1580 e, depois, no embalo pelas crenças messiânicas que evoluíram do bandarrismo para o sebastianismo e ainda nos motins e insurreições que foram ocorrendo de forma mais ou menos desordenada. Ao povo ter-lhes-ia faltado liderança capaz e autoridade esclarecida que desse consequências políticas ao mal-estar. Ou seja, embora se admitisse que o fenómeno de resistência englobara membros de grupos sociais mais elevados, Alcácer-Quibir surgia como a raiz explicativa do desconcerto e da debilidade dos grupos de poder o que justificava a incapacidade de construção de uma resistência firme a Filipe II. Pelo contrário, os 60 anos que conduziram a 1640, com principal destaque para os 20 anos finais, teriam assistido à emergência de uma oposição consistente e consequente.

Se a linha interpretativa dos trabalhos que sobre esta questão foram elaborados até 1974, tendia quase sempre a tomar a agregação das coroas ibéricas como um fenómeno contrário ao enraizado espírito de autonomia de Portugal e à visceral antipatia pelos castelhanos, a verdade é que muitos estudos posteriores permaneceram atormentados por essa mesma problemática nacionalista. Matizaram, todavia, algumas das certezas anteriores e abriram-se ao estudo mais fundamentado desse período. Assim, perscrutaram nos diferentes arquivos e/ou na literatura coeva sinais de mal-estar e de alternativas à situação política.

<sup>2</sup> GODINHO, Vitorino Magalhães, «1580 e a Restauração», in *Ensaio II*, 2.ª ed. corr. e ampliada, Lisboa, Sá da Costa, 1978, pp. 379-422.

<sup>3</sup> BOUZA ÁLVAREZ, Fernando, *Portugal en la Monarquía Hispánica (1580-1640). Filipe II, las Cortes de Tomar y la genesis del Portugal Católico*, 2 tomos, Madrid, Universidade Complutense de Madrid, 1987.

Encontraram-nos, evidentemente. E encontraram-nos na mão, ou na pena, de variados actores sociais, muitos dos quais eram oriundos da fidalguia ou do mundo eclesiástico. Importava então explicar o processo pelo qual esses corpos dotados de voz política e de autoridade social tinham alterado o seu posicionamento. Ou, mais precisamente, como é que a oposição tida como impossível em 1580 foi construindo a sua viabilidade ao longo dos 60 anos subsequentes.

Uma primeira e inequívoca conclusão que se foi extraindo desta leva de estudos respeita à pluralidade das vias de resistência e de oposição. Pluralidade de formas e de expressões, onde o conflito aberto e, reconhecidamente, mais episódico já não servia como única evidência, e foi sendo proveitosamente complementado com manifestações mais insidiosas de crítica e/ou de subreptícia contestação. Multiplicidade também dos actores sociais envolvidos, bem como das alianças ou solidariedades que entre eles se estabeleciam. Ganhava-se, assim uma muito maior complexidade e profundidade de análise dos processos sociais e políticos coevos. Em pano de fundo ficava, ainda, a necessidade de compatibilizar estas expressões de oposição, sempre tidas como nacionalistas, com a viragem historiográfica que na década de 1980 reequacionou as características do sistema político da época moderna, propondo uma visão não finalista do processo histórico, através da refutação da tradicional cronologia de afirmação dos Estados Nacionais<sup>4</sup>.

### Do bandarrismo ao joanismo

Atravessando toda a questão da oposição política e dos sentimentos proto-nacionais, o sebastianismo, movimento de esperança na recuperação de um rei natural, leia-se português, que se afirmara e difundira sobre a convicção da sobrevivência do malgrado monarca que protagonizara o desastre de 4 de Agosto de 1578, foi interpretado por quase todos como uma expressão fundamental do mal estar social. O acto de acreditar no regresso de D. Sebastião era indissociável do efeito indisputável da recuperação do seu trono, o que significaria o imediato afastamento de Filipe II. Constatou-se assim que a construção do *corpus* sebastianista incorporara as alusões ao retorno do *Encoberto* dos herméticos escritos bandarristas, reconfigurando-se em profecia de regeneração e de recuperação de Portugal sob a direcção de um monarca português. Constituiria um desenvolvimento do bandarrismo popular, impulsionado por ex-antonistas letrados que, desiludidos com a causa de D. António, duvidavam da morte do

<sup>4</sup> Para a Península Ibérica devem citar-se os trabalhos A. M. Hespanha, Bartolomé Clavero, Pablo Albaladejo, e depois Jean-Frederic Schaub, Pedro Cardim, Nuno G. Monteiro ou Mafalda Soares da Cunha. Uma visão já dos anos 1990 que dava conta desta viragem em SCHAUB, Jean-Frédéric, *La Penisola Iberica nei secoli XVI e XVII: La questione dello stato*, sep. *Studi Storici*, 1995.

gal à Monarquia  
de nacionalismo  
la de legitimação

portará todavia  
ois até à viragem  
da por Fernando  
ise do processo  
lista. O mesmo  
der de Filipe II  
s, lhe resistiram  
nstância da luta  
ciaava no apoio  
30 e, depois, no  
o para o sebas-  
o de forma mais  
az e autoridade  
seja, embora se  
grupos sociais  
desconcerto e  
dade de cons-  
s 60 anos que  
s, teriam assis-

o foram elabo-  
oroas ibéricas  
ia de Portugal  
studos poste-  
a nacionalista.  
-se ao estudo  
ntes arquivos  
tação política.

corr. e ampliada,  
Filipe II, las Cortes  
de Madrid, 1987.

jovem rei e entendiam as *Trovas* como um vaticínio sobre o seu regresso. D. João de Castro seria o seu principal expoente e divulgador, tanto à escala interna, quanto internacional, através de várias movimentações e escritos<sup>5</sup>. É neste contexto interpretativo que alguns autores situaram os sobressaltos políticos baseados no aparecimento de quatro falsos D. Sebastião (1584, 1585, 1594 e 1598) e analisaram os seus impactos na política internacional, já que sobre a sua plausibilidade só a França, muito convenientemente, aparentara dar algum crédito. O que, diziam, podia bem explicar o sentido político de as duas obras em que se justificavam estas interpretações terem sido editadas, pela mão de Castro, em Paris<sup>6</sup>.

Deste modo, os conjuntos de discursos que a questão sebastianista gerou na época seriam considerados pela historiografia como projecções inquietas dos desejos de mudança típicos de certos quadros culturais que cruzam a cultura popular com a erudita e a cultura oral com a escrita<sup>7</sup>. Para o que aqui importa convém apenas referir que os historiadores convergiram na ideia de que esses discursos expressavam o mal-estar perante a situação vivida no reino e nas suas conquistas, a responsabilidade castelhana na degeneração das qualidades morais dos portugueses, a convicção de que a vinda próxima de um rei-messias resolveria estes problemas e de que estas representações e expectativas foram sendo socialmente incorporadas. Pese embora o carácter original que a historiografia tendeu a emprestar a estas manifestações em Portugal, a verdade é que literatura sobre outras realidades europeias tem chamado a atenção para a existência de uma pluralidade de formas de expressão de natureza messiânica e providencialista em outros espaços europeus<sup>8</sup>.

Assim, face à passagem do tempo e à conseqüente improbabilidade de ressurgimento de D. Sebastião, a vontade de mudança teria encontrado caminhos alternativos. Bocarro Francês, em 1624, sugerira a conversão do sebastia-

<sup>5</sup> CURTO, D. Ramada, *A cultura política em Portugal (1578-1642): comportamentos, ritos e negócios*, dissertação doutoramento, FCSH-UNL, 1994 [Texto policopiado] ou mais recentemente Hermann, Jacqueline, *No reino do Desejado. A construção do sebastianismo em Portugal séculos XVI e XVII*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

<sup>6</sup> CASTRO, D. João de, *Discurso da vida do sempre bem vindo et apparecido Rey Dom Sebastiam*, Paris, 1603 e a impressão do manuscrito das *Trovas* em Idem, *Paraphrase et concordância de algumas Prophecias de Bandarra, çapateiro de Trancoso*, Paris, 1603.

<sup>7</sup> HERMANN, Jacqueline, *No reino do Desejado. ...*, pp. 177-189.

<sup>8</sup> A mero título de exemplo, veja-se o que sugeriu John Elliott sobre este tema no que toca às decisões políticas dos validos em França e em Espanha na sua obra *Richelieu y Olivares*, Barcelona, Crítica, 2001 (ed. orig. 1984), pp. 151-187. Ver também Joseph Strayer, «France. The Holy Land, the Chosen People and the most Christian King» in Theodore K. Rabb & Jerrold E. Seigel (org.), *Action et Conviction in Early Modern Europe. Essays in Memory of E. H. Harbison*, Princeton, Princeton University Press, 1969; Alexandre Yali Haran, *Le lys et le globe. Messianisme dynastique et rêve impérial en France aux XVIe et XVIIe siècles*, Seyssel, Champ Vallon, 2000.

nismo bandarrista em messianismo brigantino através dos conteúdos da dedicatória feita ao duque D. Teodósio II na quarta parte da obra *Anacephaleosis da monarquia lusitana*, que se intitulava *Estado Heróico*<sup>9</sup>. Já depois de 1640, o Padre António Vieira viria a consagrar e a fixar esta perspectiva na memória nacional «transformando o sebastianismo em joanismo»<sup>10</sup>. Ou, no dizer de José van den Besselaar, «a interpretação sebastianista do Encoberto cedera a uma interpretação nitidamente joanista»<sup>11</sup>. Nesta transmutação demonstravam-se simultaneamente a legitimidade divina da subida ao trono de D. João, 8.º duque de Bragança, e os caminhos para a recuperação da grandeza de Portugal, eleito por Deus e várias vezes profetizado como senhor e guia dos destinos da Cristandade através da imposição do Quinto Império.

### Os Jesuítas, a questão do «patriotismo» e a casa de Bragança

As investigações dos finais dos anos de 1970 e da década de 1980 foram dando à estampa elementos sobre a variedade de actores sociais envolvidos no processo de contestação aos Filipes. Entre eles sublinhava-se o papel dos eclesiásticos, havendo que explicar porque é que, embora não tendo aderido em bloco à união das Coroas, só após quase meio século de dominação dos Áustrias se atreveram a acicatar de forma mais consistente a oposição política, a insistir na construção de uma alternativa para um governo legítimo na descendência dos duques de Bragança e a reunir argumentação contra os direitos dinásticos dos Habsburgo. A necessidade de dissimulação da veia crítica face aos poderes instituídos e às exigências e às contingências dos precários equilíbrios na cena internacional, exigia que os historiadores reconstituíssem de forma micro as estreitas vias através das quais a mensagem de oposição poderia ter sido difundida socialmente. Depois dos estudos sobre a literatura autonomista (sobre a qual se reconhecia o alcance socialmente restrito)<sup>12</sup>, a parenética emergiu como um dos lugares de alargada, embora codificada, disseminação destas ideias contestatárias. João Francisco Marques afirmou-o «o problema residiria no emprego dos meios de expressão mais adequados a uma actuação social e política. Mas um patriotismo irreductível de tudo é capaz de fazer armas de combate, não poucas vezes tão engenhosas como subtis»<sup>13</sup>. Comprovou-o

<sup>9</sup> BOCARRO FRANCÊS, Manoel, *Anacephaleosis da Monarchia Lusitana*..., Lisboa: Antonio Alvarez, 1624.

<sup>10</sup> HERMANN, Jacqueline, *No reino do Desejado*..., p. 225.

<sup>11</sup> BESSELAAR, J. van den, «As Trovas do Bandarra», *Revista ICALP*, vol. 4, Março de 1986, pp. 14-30 (cit., p. 6).

<sup>12</sup> CIDADE, Hernâni, *A literatura autonomista sob os Filipes*, Lisboa, Sá da Costa, [1950].

<sup>13</sup> MARQUES, João Francisco, *A Parenética Portuguesa e a Dominação Filipina*, Porto, INIC, 1986, p. 5.

o seu regresso. or, tanto à escala ções e escritos<sup>5</sup>. 1 os sobressaltos ão (1584, 1585, nacional, já que te, aparentara dar olítico de as duas ditadas, pela mão

bastianista gerou ões inquietas dos cruzam a cultura que aqui importa deia de que esses o reino e nas suas qualidades morais rei-messias resol-ivas foram sendo e a historiografia lade é que litera- para a existência ânica e providen-

probabilidade de encontrado cami- ersão do sebastia-

portamentos, ritos e ou mais recentemente n Portugal séculos XVI

y *Dom Sebastiam*, Paris, ia de algumas *Prophécias*

te tema no que toca às y *Olivares*, Barcelona, e. The Holy Land, the .. Seigel (org.), *Action et* , Princeton University e *impérial en France aux*

depois com convicção, incluindo no conjunto da sermonária numerosos exemplos de pregações onde se sustentavam as causas anti-filipina ou brigantina. Existem, todavia, outros sermões da época onde se expressam outro tipo de vinculações, nomeadamente de fidelidade aos Áustrias, o que leva à necessidade de se tomarem estas posições de forma mais cautelosa e problematizadora, já que revelam um jogo complexo e múltiplo de sentimentos identitários.

Nesse esforço de resistência dos eclesiásticos, dizia-se, pontuavam os membros das ordens religiosas com destaque para os padres da Companhia de Jesus. Com efeito, do total de 125 sermões escritos ou orais que João Francisco Marques analisou, cerca de  $\frac{1}{4}$  (33) eram da autoria de inicianos; a proporção ainda se torna mais expressiva se se contabilizarem apenas os sermões escritos, já que constituem 23 dos 64. Em ordem de importância seguiam-se os frades da ordem dos Pregadores (27), os da ordem dos Frades Menores (14) e os da ordem dos Eremitas de Santo Agostinho (10), não estando os restantes identificados. Outros autores, entre os quais Dauril Alden, concordaram de forma clara com essa percepção: «during their years of obscurity, the fathers continued to champion the patriotic cause and saw their efforts bear fruit in a revolution they did not organize but whose success they certainly applauded»<sup>14</sup>.

Muito rápida e sinteticamente, creio que não será abusivo afirmar que a genealogia historiográfica do relevo concedido aos jesuítas neste processo tinha raízes variadas. Uma delas era muito longínqua e prendia-se com a necessidade de contextualizar a importantíssima acção discursiva e diplomática de António Vieira. Os resultados enredaram não apenas a acção da Companhia nas partes ultramarinas, quanto o conjunto de referências intelectuais e culturais de que Vieira se fez portador e arauto. Tal entendimento permitiu o recrudescimento historiográfico da importância (e até da originalidade) da dimensão messiânica e profética do movimento de 1640 e suscitou numerosos estudos sobre o bandarrismo, o sebastianismo e as utopias universalistas católicas<sup>15</sup>.

<sup>14</sup> ALDEN, Dauril, *The Making of an Enterprise. The Society of Jesus in Portugal. Its Empire and Beyond 1540-1750*, Stanford, California University Press, 1996, p. 80.

<sup>15</sup> A bibliografia sobre o padre António Vieira é impossível de sintetizar neste contexto. A mero título de referência, apontam-se algumas obras relevantes para o tema: Azevedo, João Lúcio de, *A evolução do sebastianismo*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1947; Idem, *História de António Vieira*, 2.<sup>a</sup> ed. t. I, Lisboa, Liv. Clássica Editora, 1931; CIDADE, Hernâni, *Padre António Vieira*, Lisboa, Presença, 1985; MENDES, Margarida Vieira, *A oratória barroca de Vieira*, Lisboa, Caminho, 1989; HERMANN, Jacqueline, *No reino do Desejado...*; António Vasconcelos de Saldanha, «Da ideia de Império na obra do Padre António Vieira. Ensaio sobre o universalismo no pensamento jurídico-político de seiscentos», edição revista de *Da Ideia de «Império» na Obra do Padre António Vieira S.J. Ensaio sobre o Universalismo e o Pensamento Jurídico-Político Hispânico de Seiscentos*, ed. do Consiglio Nazionale delle Ricerche - Celebrazioni Colombiani - Ricerche Giuridiche e Politiche. Materiali I/2, Roma, 1988 (agradeço ao autor ter-me facultado a versão mimeo deste texto).

numerosos exem-  
ta ou brigantina.  
um outro tipo de  
eva à necessidade  
problematizadora,  
identitários.

è, pontuavam os  
la Companhia de  
de João Francisco  
nos; a proporção  
sermões escritos,  
diam-se os frades  
ores (14) e os da  
restantes identi-  
rdaram de forma  
fathers continued  
it in a revolution  
ided»<sup>14</sup>.

vo afirmar que a  
ste processo tinha  
om a necessidade  
rática de António  
panhia nas partes  
culturais de que  
recrudescimento  
ensão messiânica  
estudos sobre o  
icas<sup>15</sup>.

#### 1. *Its Empire and Beyond*

este contexto. A mero  
vedo, João Lúcio de,  
m, *História de António  
António Vieira*, Lisboa,  
2004, Caminho, 1989;  
, «Da ideia de Império  
to jurídico-político de  
Vieira S.J. *Ensaio sobre o  
siglio Nazionale delle  
eriali* I/2, Roma, 1988

Por outro lado, a presença da Companhia impunha-se como evidente em vários momentos de contestação ou de desacordo para com a política de Madrid. Os autores aceitavam que a oposição não fora, porém, constante nem frontal e aberta. Neste quadro, outra das estratégias de análise do papel dos Jesuítas na luta pela autonomia foi a de identificar e interpretar o significado dos contactos que ao longo desses 60 anos mantiveram com os duques de Bragança. Ou seja, desde a apresentação da candidatura da senhora D. Catarina, passando pelo 1.º de Dezembro até à consolidação da nova dinastia<sup>16</sup>. A maior parte das referências apontadas pelos diferentes autores diziam, no entanto, respeito aos diversos tipos de acções que os Jesuítas protagonizaram e onde a casa de Bragança surgia como objecto de acção (leia-se de apoio) e não como incentivadora dessas actuações. Subjacente a esta opção discursiva parecia estar a ideia de que a Companhia detinha uma estratégia própria e autónoma que a impulsionou a constituir-se como uma importante alavanca da sempre desejada reviravolta política. Talvez mesmo mais para além disto: que a Província de Portugal professava uma agenda específica decorrente de interesses estabelecidos no reino e nas conquistas, que estaria disposta a defender, mesmo contra outras Províncias da Companhia ou contra Roma. Nesse quadro de análise mais global, a década de 1630 emergia como aquela onde a acção da Companhia se fez mais atrevida em Portugal, acompanhando (se não mesmo catalisando) o clima de insatisfação mais generalizado. São, por isso, dois tópicos e uma cronologia que importará visitar com maior detalhe mais adiante.

Menos atendida pela historiografia foi a perspectiva da casa de Bragança. Ou seja que tipo de ligação articulava os duques à Companhia e se teriam desenvolvido algum tipo de acção, por mais dissimulada e indirecta que fosse, para acalantar o apoio continuado dos padres às suas reivindicações dinásticas. Tal perspectiva implica, por um lado, avaliar as práticas de patrocínio brigantino e, por outro, retomar o «velho» tema do voluntarismo ducal na luta pelo trono.

### A casa de Bragança e o patrocínio aos jesuítas

Embora não se apresentem dados novos sobre a matéria, parece relevante tentar articular a protecção que a Casa de Bragança dispensou aos Jesuítas, com a campanha e apoios que, pelo menos segundo alguns autores, estes promoveram para substituir os Áustrias pela Casa de Bragança no trono de Portugal.

<sup>16</sup> RODRIGUES S.J., Francisco, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, Porto, Liv. Apostolado da Imprensa, 1931-1950; MARQUES, João Francisco, *A Parenética Portuguesa ...*; ALDEN, Dauril, *The Making of an Enterprise. The Society of Jesus in Portugal. ...*

patrocínio religioso dos Bragança<sup>17</sup>. A casa de Bragança só recebeu Jesus: uma em cada cidade mais cedo e o mosteiro de freiras na cidade fosse da casa de Bragança, mas de uma intensa devoção do bispo da diocese em 1562 congraçou para o início das obras seria uma das prioridades<sup>20</sup>. Já em D. Teodósio II foi o primeiro a emitir missivas no nome da ordem e, em 1602, foi provisoriamente, afixada. O espaço definido pela Casa de Santa Luzia. Os gastos por ano assegurados aos 24 padres, que na Companhia da Casa, carecendo, de um pessoal<sup>21</sup>. Complementaria de Rebordãos terá tido significado em Portugal e do seu patrocínio régio e a excepção da definição de um outro português andavam

Mafalda Soares da, *A Casa Ducal*, Editorial Estampa, 2000,

II, 1931, p. 429.

II, p. 429.

1-205.

ugal. ..., pp. 93-94.

bastante arredados dos favores reais, situação que contrastava de forma flagrante com o protagonismo político por eles alcançado durante a dinastia dos Avis.

E, no entanto, no conjunto dos importantes actos de patrocínio ducal às diversas ordens religiosas, os jesuítas não foram, nem de perto, os mais favorecidos. Diferentes ramos dos franciscanos, nas suas vertentes masculina e feminina, surgem com bastante maior peso na economia de mercês brigantina, como fica visível pelas diversas formas de apoio e patrocínio que desde o início do século XVI os vários duques lhes concederam<sup>23</sup>. Era um facto bem conhecido, pois até já no século XVII, Cadornega sublinhara a relevância deste patrocínio, fazendo-o entroncar na herança que o infante D. Duarte, pai da senhora D. Catarina, legara à casa de Bragança<sup>24</sup>. Deste modo, em matéria de suporte material e provas de devoção, parece claro que era esta a ordem preferida pelos Bragança. Tal facto pode certamente ajudar a explicar o importante número de sermões de cariz autonomista dos frades menores apontado por João Francisco Marques.

Mas esta manifesta predilecção não invalida que os padres da Companhia tenham sido escolhidos pelos duques em outros momentos relevantes da sua trajectória senhorial. Uma lista de escolhas deliberadas dos Bragança pode-o exemplificar. O padre Luís Álvares, em 1580, pronunciou-se publicamente pelos direitos de D. Catarina, para quem, de resto, habitualmente pregava<sup>25</sup>. Embora não esteja claro que o sermão fosse por ela directamente encomendado, o certo é que a posição da Província de Portugal na crise sucessória se inclinou para essa candidatura. Já o analisarei no contexto da acção contestatária da Companhia.

Outros dois exemplos referem-se aos sermões que foram realizados nas exéquias do duque D. Teodósio II. Não foram, evidentemente, os únicos proferidos nessa ocasião, mas tão só os que João F. Marques encontrou impressos. Destes, o primeiro foi proferido no próprio dia do passamento do duque, em Palmela, onde sobressai uma passagem que acaba por confirmar a importância que entre o clero se atribuía às acções de protecção religiosa da Casa ducal. Foi proferido pelo padre jesuíta André Gomes que teria gabado a religiosidade de D. Teodósio II «até se deter em particular, nas benemerências de verdadeiro príncipe cristão concedidas a diversas ordens religiosas, atraindo-lhes o reconhecimento e a estima, pois que nele “sempre acharam pai que as amasse, Príncipe e Senhor que as emparasse”»<sup>26</sup>. O segundo reporta-se às celebrações

<sup>23</sup> CUNHA, Mafalda Soares da, *A Casa de Bragança (1560-1640)*..., pp. 360-366.

<sup>24</sup> CADORNEGA, António de Oliveira de, *Descrição de Vila Viçosa*, introd. de Heitor Gomes Teixeira, Lisboa, IN/CM, 1982, p. 33.

<sup>25</sup> MARQUES, João Francisco, *A Parenética Portuguesa* ..., p. 102.

<sup>26</sup> MARQUES, João Francisco, *A Parenética Portuguesa* ..., p. 296.



do primeiro aniversário da sua morte, em 1631, e terá resultado de encomenda directa do sucessor no ducado, o duque D. João II. Desta feita foi pregado pelo padre Bartolomeu Guerreiro, no convento de S. Paulo de Vila Viçosa. Sobre ele João F. Marques afirma ser «um documento cheio de inflexões autonomistas, ditadas por um irreprimível patriotismo»<sup>27</sup>. E demonstrou-o com o facto de o jesuíta ter traçado a genealogia dos duques, inventariando criteriosamente todos os signos de distinção que ela revelava, ordenando-os de acordo com os códigos de valores de então: títulos e armas; descendência e parentesco sempre próximo com a Casa real; feitos militares; preeminência social e política visível pelos tratamentos e precedências na corte; virtudes, qualidades morais e estilo de vida<sup>28</sup>.

E, no entanto, este tipo de discursos apologéticos sobre os feitos e grandezas da casa de Bragança não só não eram inéditos no reino de Portugal, como seguiam uma abundante literatura laudatória sobre a genealogia de certos fidalgos ou casas senhoriais em distintas partes da Europa. Dir-se-ia que representam uma tópica bastante em voga e sem particular originalidade na época, pelo que fica a interrogação sobre o carácter teleológico das interpretações de J. F. Marques e de tanta outra historiografia de conteúdo mais nacionalista.

### Os jesuítas e a causa dos Bragança

Também a dimensão e a importância da campanha jesuítica pela Casa de Bragança têm sido veiculadas de forma bastante consensual pela historiografia, embora todos reconheçam que ela se tornou sobretudo visível na década de 1630.

Não obstante, sabe-se bem que a opinião da Província de Portugal na crise dinástica seguiu a inclinação inicial do cardeal-rei D. Henrique para a candidatura da senhora D. Catarina, perspectiva essa que depois divergiu, quando o velho D. Henrique se dispôs a contemporizar com Filipe II. Dauril Alden, a partir de documentação disponibilizada por Queirós Velloso, sustenta mesmo que terá havido adesão pessoal dos padres Leão Henriques e Jorge Serrão, confessores do cardeal-rei à causa brigantina<sup>29</sup>. Apoio um tudo nada equívoco, pelo menos no que respeita ao padre Serrão, já que este terá aceite (embora sem sucesso) a missão proposta pelo Prudente de persuadir a duquesa sobre a bondade dos seus argumentos sucessórios. Cardeal-rei e padres, partilhavam, porém, a animosidade para com o Prior do Crato.

<sup>27</sup> MARQUES, João Francisco, *A Parenética Portuguesa* ..., pp. 175-176.

<sup>28</sup> P.<sup>o</sup> Bartolomeu Guerreiro, *Sermão que Fez o Pe. Bertolameu Guerreiro da Companhia de Iesu, nas Exequias do Anno que se Fizerão ao Serenissimo Príncipe D. Theodosio segundo Duque de Bragança em Villaviçosa*..., Lisboa, Tip. Mathias Rodrigues, 1632.

<sup>29</sup> ALDEN, Dauril, *The Making of an Enterprise. The Society of Jesus in Portugal*, p. 89.

Para além do teor crítico mais ou menos dissimulado das pregações que João Francisco Marques apontou, a dedicação de obras foi outro indicador pertinente que Francisco Rodrigues tinha já adiantado para sublinhar a continuidade da ligação jesuítica à Casa de Bragança. Um exemplo claro ocorreu entre 1621 e 1631, quando o padre Francisco Mendonça publicou os seus *Comentários dos Livros dos Reis*. Os três volumes saíram em momentos diferentes, todos dedicados a membros da Casa brigantina: o primeiro a D. Teodósio II, o segundo ao herdeiro da Casa, D. João, duque de Barcelos e o terceiro, editado depois da morte do autor, foi pela Universidade de Évora dedicado a D. Duarte, irmão do já duque D. João II<sup>30</sup>.

Foi também nessa Universidade que antes do Natal de 1584, D. Teodósio II e os seus irmãos D. Duarte e D. Alexandre presenciaram ao auto latino *Polychronius* da autoria do jesuíta Luís da Cruz onde alegadamente existiram referências sebastianistas e pró-brigantinas<sup>31</sup>.

O episódio mais significativo é, no entanto, o da outra visita a Évora que o duque D. João II, acompanhado do irmão mais novo D. Alexandre, fez ao seu primo D. Francisco de Melo, 3.º marquês de Ferreira, aí residente, em Agosto de 1635. E cito: «no dia seguinte ao da chegada o duque assistiu a uma missa solene na Catedral, tendo sido acolhido à porta, de forma aparatosa, por todo o Cabido. Nela pregou o jesuíta Gaspar Correia que encerrou o sermão com um conjunto de trocadilhos com a palavra Coroa: augurava-lhe a Coroa, acrescentando, para evitar equívocos, «Coroa de graça, Coroa de glória»<sup>32</sup>. Na visita que, de seguida, o duque fez à Universidade foi recebido pelo padre Francisco Freire e, à tarde, esteve presente à representação no pátio do Colégio do Espírito Santo da peça *Eustachio Venator* de um outro jesuíta, o padre André Fernandes. A recriação da lenda de Santo Eustáquio pretendia ilustrar o destino de alguém que tendo tudo perdido, tudo recuperou<sup>33</sup>. A metáfora da mensagem parecia clara e foi lida pelos historiadores como sinal da continuidade da oposição à dominação filipina que os jesuítas protagonizavam já há algum tempo. Nela pontuavam tópicos sebastianistas, expressos em regulares alusões à felicidade futura alcançável após o retorno do 'encoberto'.

Certos autores quiseram ver nesta efusiva e, até certo ponto, exagerada reacção popular e jesuítica um dos primeiros sinais da escolha do duque de

<sup>30</sup> RODRIGUES S.J, Francisco, *História da Companhia de Jesus...*, t. III, vol. 2.º, pp. 332-333.

<sup>31</sup> FRÈCHES, Claude Henri, *Le Theatre neo-latin au Portugal, apud* MARQUES, João Francisco, *A Parenética Portuguesa ...*, pp. 90-91.

<sup>32</sup> MARQUES, João Francisco, *A Parenética Portuguesa ...*, p. 184.

<sup>33</sup> FRÈCHES, Claude Henri, *Le Theatre neo-latin au Portugal, apud* MARQUES, João Francisco, *A Parenética Portuguesa ...*, p. 185.

ado de encomenda  
ta foi pregado pelo  
a Viçosa. Sobre ele  
ções autonomistas,  
-o com o facto de  
do criteriosamente  
de acordo com os  
parentesco sempre  
ial e política visível  
des morais e estilo

re os feitos e gran-  
de Portugal, como  
nealogia de certos  
Dir-se-ia que repre-  
inalidade na época,  
s interpretações de  
mais nacionalista.

uítica pela Casa de  
pela historiografia,  
l na década de 1630.  
de Portugal na crise  
que para a candida-  
divergiu, quando o  
II. Dauril Alden, a  
so, sustenta mesmo  
es e Jorge Serrão,  
udo nada equívoco,  
terá aceite (embora  
r a duquesa sobre a  
adres, partilhavam,

o da Companhia de Iesu, nas  
do Duque de Bragança em

rtugal, p. 89.

Bragança como a alternativa ao monarca reinante<sup>34</sup>». Alguns deles levaram mais longe o seu pendor nacionalista chegando a sugerir que a visita fora preparada pelo duque com intenção deliberada de suscitar tais adesões: Ora para além de esta interpretação não ser abonada por qualquer evidência empírica, quadra mal com o padrão de comportamento do duque D. João e com o que se conhece da sua adesão ao ideário sebastianista. Sugere-me, por isso, dois comentários.

Um primeiro que sustenta a ideia de que o duque de Bragança não manifestava grande interesse pela macro-política do reino, preferindo salvaguardar os seus interesses senhoriais pela manutenção intransigente das suas preeminências e privilégios ancestrais. Evitando repetir a tese explanada em outro texto, valerá apenas dizer que o duque de Bragança terá sido mais arrastado pela voragem do contexto e dos acontecimentos que se fizeram sentir em Portugal em finais da década de 1630 do que constituído o motor da ruptura política que viria a consumir-se em Dezembro de 1640<sup>35</sup>.

A segunda observação retoma a ideia expressa nesse mesmo livro sobre o distanciamento perfilhado pelos titulares da casa de Bragança relativamente aos ideários bandarrista e sebastianista. Os desdenhosos comentários que sobre o assunto teria feito o infante D. Duarte na prisão de Milão sustentam essa perspectiva de análise, e são ainda melhor corroborados com o testemunho registado nas actas do processo judicial de que foi alvo. E cito «negaria ter tido, ele ou seu irmão, conhecimento sobre qualquer conjura em preparação. Enfatizando o alheamento dos Bragança, ironizou que “de todos os milagres que os portugueses contam não há nenhum decerto que mais o pareça do que o haverem levado meu irmão ao passo que deu, porque sempre o conheci muito alheio a estas parcialidades de sebastianistas como em Portugal os chamam”»<sup>36</sup>. Mais do que as palavras pronunciadas, o que impressiona é o tom com que o terá afirmado e que a acusação, contra os interesses da argumentação

<sup>34</sup> Citação de COSTA, Leonor Freire e CUNHA, Mafalda Soares da, *D. João IV*, Lisboa, Temas e Debates, 2007, p. 94 fundada em considerações explanadas pelos seguintes autores: PEREIRA, Gabriel, «As vésperas da Restauração - I», in *Estudos Eborenses*, 1.º vol., Évora, Edições Nazareth, 1947, pp. 195-226; RODRIGUES S.J., Francisco, «A Companhia de Jesus e a Restauração de Portugal, 1640», *Anais. 'Ciclo da Restauração de Portugal'*, vol. VI, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1942, pp. 325-405, em particular pp. 334-336; CASTRO, Luiz Vieira de, CAVALHEIRO, António Rodrigues, «A Europa e o domínio filipino em Portugal. Das tentativas do Prior do Crato às manobras secretas de Richelieu», *Anais. 'Ciclo da Restauração de Portugal'*, vol. VIII, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1945, pp. 185-232, especialmente pp. 208-211.

<sup>35</sup> SCHAUB, Jean-Frédéric, *Le Portugal au temps du Conte-Duc d'Olivares (1621-1640). Le conflit de juridictions comme exercice de la politique*, Madrid, Casa de Velázquez, 2001; COSTA, Leonor Freire e CUNHA, Mafalda Soares da, *D. João IV...*, pp. 9-41.

<sup>36</sup> COSTA, Leonor Freire e CUNHA, Mafalda Soares da, *D. João IV...*, p. 191 apud COELHO, José Ramos, *D. Duarte, Historia do Infante D. Duarte, irmão de El-Rei D. João IV*, 2 vols., Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, vol. II, 1889, pp. 337-338.

les levaram mais a fora preparada para além de África, quadra mal que se conhece em tais comentários. Bragança não manido salvaguardar as suas preemilhanada em outro ais arrastado pela ntr em Portugal tura política que

esmo livro sobre iza relativamente comentários que Milão sustentam om o testemunho cito «negaria ter a em preparação. todos os milagres s o pareça do que empre o conheci em Portugal os pressiona é o tom ; da argumentação

*João IV*, Lisboa, Temas ntes autores: PEREIRA, dições Nazareth, 1947, ção de Portugal, 1640», esa de História, 1942, o, António Rodrigues, às manobras secretas de Portuguesa de História,

1621-1640). *Le conflit de* COSTA, Leonor Freire e

191 *apud* COELHO, José ls., Lisboa, Typographia

incriminatória, assentou. Não parece, com efeito, irrelevante que, de uma só vez, se registre quer a ausência de participação activa na revolta do «rebelde» Bragança, quer o descrédito que o sebastianismo lhe merecia. Sublinhe-se, por isso, que este testemunho ocorreu justamente numa época em que o messianismo sebastianista era utilizado em Portugal com crescente eficácia na demonstração de que D. João IV encarnava as profecias e o desígnio divino para o reino português o que, repita-se, também ocorria em outros contextos europeus.

Também nesta óptica, os sucessos ocorridos nas chamadas «alterações de Évora» de 1637 parecem confirmar estas interpretações sobre o alheamento de D. João, já que ao contrário do suspeitado apoio que os padres da Companhia terão prestado ao movimento popular de revolta contra as directrizes fiscais de Madrid, o duque de Bragança foi peça chave no apaziguamento e acalmia da revolta em serviço indistigável à política de Filipe IV<sup>37</sup>.

### Agenda da Companhia e agendas das Províncias de Portugal e de Espanha

Se os elementos já apresentados permitem demonstrar o envolvimento dos padres jesuítas na construção da oposição social aos Filipes, há que indagar de forma mais pormenorizada os sentidos dessa crítica, bem como dos interesses dos seus protagonistas. Valerá por isso a pena tentar reavaliar algumas das afirmações mais comuns na historiografia.

Uma delas prende-se com a relação directa que os autores tendem a fazer entre oposição aos Habsburgos e nacionalismo ou patriotismo. Já adiantei antes algumas considerações sobre a questão, mas creio oportuno insistir na necessidade de complexificar um pouco a ideia de que a naturalidade implica a adopção de vínculos afectivos para com o território e a sua correspondente autonomia política. Sabe-se hoje de forma indiscutível como os processos de vinculação nestas épocas históricas eram bastante mais complexos, e como a integração de territórios em unidades políticas mais amplas era olhada com bastante mais tranquilidade do que o será em períodos mais tardios<sup>38</sup>. O que estava em causa era a legitimidade jurídica dos direitos sucessórios invocados e, neste caso, é bem conhecida a dificuldade que houve na época em dilucidar de forma inquestionável os direitos das candidaturas de Filipe II e da senhora

<sup>37</sup> COSTA, Leonor Freire e CUNHA, Mafalda Soares da, *D. João IV...*, pp. 76-102.

<sup>38</sup> Este tema tem vindo a ser reanalisado de forma comparativa na historiografia sobre estas épocas. Ver Alain Tallon (dir.), *Le sentiment national dans l'Europe méridionale aux XVIe et XVIIe siècles*, Madrid, Casa de Velázquez, 2007 e, em particular, Schaub, Jean-Frederic, «Le sentiment national est-il une catégorie pertinente pour comprendre les adhésions et les conflits sous l'Ancien Régime?» *Idem, ibidem*, pp. 155-167.

D. Catarina. Por outro lado, é plausível admitir a existência de sentimentos arraigados de antipatia ou de suspeição para com certos «vizinhos». Seria talvez o caso de Portugal para com Castela, mas parece-me também que essa percepção seria sobretudo invocável para os grupos populares. Explico-me melhor. A percepção das potencialidades que o grande conjunto da Monarquia Católica oferecia caberia sobretudo aos estratos sociais que tinham interesses a proteger e que tinham capacidade e voz para os negociar e/ou defender. Por outro lado seriam também estes grupos mais próximos da cultura letrada quem teria conhecimento sobre os princípios do direito e da teologia que subjaziam à legitimidade dinástica. E também seriam eles quem melhor conheceria a variedade de soluções e modelos políticos possíveis e até já experimentados, o que tornava a solução agregativa menos anómala e talvez também menos incómoda para a honra da coroa de Portugal e dos seus súbditos. Ou seja, os interesses a explorar e/ou a maior compreensão sobre a complexidade das soluções e dos cenários possíveis fizeram quer das adesões e das resistências a Filipe II quer da posterior contestação ou fidelidade aos Habsburgos assuntos que não se podem linearmente associar a patriotismo ou a traição.

Importa igualmente complexificar e detalhar um pouco mais a animosidade manifestada aos Habsburgo pelos jesuítas. Em primeiro lugar, há que averiguar se se tratava de posicionamentos individuais ou se de formas de expressão de uma corrente de pensamento existente na Companhia; em segundo lugar, se existe algum fundamento em tomar esta instituição como um todo. Como é sabido, o facto de a Companhia deter um Geral em Roma que superintendia os negócios globais da ordem, não significa que as distintas Províncias não tivessem voz própria e interesses divergentes. A autoridade exercia-se verticalmente, bem entendido, procurando compatibilizar acções e estratégias, sobretudo se colidiam entre si ou se pareciam colocar em risco os equilíbrios dos cenários internacionais em que a Companhia se movia. E nesse quadro político alargado a posição e interesses dos reis da Monarquia Católica pesavam, sobretudo no que respeita a capacidade de pressionar e influenciar o próprio Papado. Estes são temas sobre os quais existem muitíssimos estudos cujos conteúdos são aqui impossíveis de sintetizar. Importará apenas equacionar as possíveis intenções dos jesuítas portugueses; da Província de Portugal; da Província de Espanha (que parece ter estado sempre bastante sintonizada com Madrid) e do Geral em Roma.

Segundo D. Alden as missivas trocadas entre estes diversos actores do xadrez da Companhia denunciam uma evidente clivagem entre as Províncias de Portugal e de Espanha<sup>39</sup>. Justifica-o o autor com a adopção de posicionamentos

<sup>39</sup> ALDEN, Dauril, *The Making of an Enterprise. The Society of Jesus in Portugal*. . . ., pp. 88-89.

nacionalistas das duas províncias, embora depois aponte diferendos políticos concretos. Um dos mais relevantes prende-se com a perda de influência política junto do monarca. Até 1580 os jesuítas fizeram parte do círculo mais restrito e mais poderoso de aconselhamento ao monarca português, nomeadamente pela participação em conselhos e posse do cargo de confessor do rei. Na Monarquia Hispânica não havia tradição de essas funções serem desempenhadas por padres da Companhia, antes pela ordem rival dos dominicanos. Essa redução do acesso aos corredores do poder reflectiu-se na perda de dinâmica de recrutamento de novos noviços, assim como na falta de apoio às casas professas. Simultaneamente a exclusão do acesso dos naturais do reino vizinho à Província de Portugal diminuiu significativamente a permeabilidade desta Província à circulação de interesses e de ideias, marcando de forma inusitada até então uma espécie de «nacionalização» de uma estrutura que se tinha organizado de forma internacional e com uma agenda universalista. Não se conhecem bem as causas da adopção destas práticas de recrutamento assentes na naturalidade, embora D. Alden sugira que Roma procuraria responder positivamente à crescente hostilidade entre os naturais dos dois reinos.

Outros factores de conflito entre os jesuítas portugueses e Madrid respeitavam ao controlo sobre as terras e rendimentos que os jesuítas iam acumulando pelas conquistas. Se a dimensão de desbravamento e ocupação territorial importavam à segurança dos domínios ultramarinos, a verdade é que também podia constituir-se em obstáculo à jurisdição régia. Com efeito, as críticas ao excesso de terras reunido pelos padres provinham de variados sectores da sociedade e não apenas de Madrid ou dos seus mais directos conselheiros. Note-se que muitas dessas denúncias provinham de portugueses, sobretudo daqueles que nas paragens longínquas procuravam estender a autoridade da Coroa de Portugal, mas também daqueles que se procuravam enraizar. Em 1595 Valignano referia-o ao Geral Aquaviva a propósito da inconveniência manifestada pelos portugueses das partes do Sul do Estado da Índia em que por lá houvesse padres da Companhia de origem castelhana<sup>40</sup>. Em causa estava evitar a abertura de linhas de comércio entre as Filipinas e Macau, assunto sempre sensível para os portugueses e sobre o qual os naturais dos dois reinos sempre se enfrentaram. É por isso relevante acentuar que este tópico aperreava as relações entre as duas Províncias já antes de 1580<sup>41</sup>.

Neste quadro, quando D. Alden se refere às directivas emitidas durante o período de agregação das coroas como menos apoiantes ou até restritivas do

<sup>40</sup> *Documenta Indica*, vol. XVII, doc. 34, pp. 204-205 (agradeço esta indicação a António Vasconcelos Saldanha).

<sup>41</sup> António Vasconcelos Saldanha, *Exclusivismo nacional e nacionalidades* (no prelo).

de sentimentos  
nos». Seria talvez  
de essa percepção  
lico-me melhor.  
Monarquia Católica  
presses a proteger  
r. Por outro lado  
trada quem teria  
subjaziam à legi-  
eceria a variedade  
dos, o que tornava  
incómoda para a  
teresses a explorar  
ões e dos cenários  
II quer da poste-  
ue não se podem

o mais a animosi-  
eiro lugar, há que  
se de formas de  
Companhia; em  
stituição como um  
eral em Roma que  
ica que as distintas  
ntes. A autoridade  
patibilizar acções e  
colocar em risco os  
a se movia. E nesse  
Monarquia Católica  
onar e influenciar o  
nuitíssimos estudos  
ortará apenas equa-  
ovíncia de Portugal;  
astante sintonizada

diversos actores do  
ntre as Províncias de  
de posicionamentos

Portugal. ..., pp. 88-89.

poder detido pela Companhia, na realidade está a reportar-se a uma série ampla de medidas que abrangiam a maior partes das ordens no ultramar e não apenas os jesuítas<sup>42</sup>. Creio, assim, que a prática política da Monarquia Católica procurava sobretudo enfrentar o que se entendia serem os excessos dos eclesiásticos. Excessos que reduziam as oportunidades e capacidade de implantação local de outros interesses e sobre o qual havia até um razoável consenso crítico. E, segundo o próprio Alden, aplicava-se também às conquistas da América espanhola.

É verdade que esta política contrasta com a maior liberalidade e tolerância que os Avis tinham praticado, mas é facto que o período anterior a 1580 também correspondera a uma fase de implantação da companhia nas conquistas. Ora tal exigia uma política de incentivos, enquanto a fase de consolidação que se vivia entre 1580-1640 implicava vigilância sobre os sempre alegados abusos face às determinações régias. Para mais, tal actuação monárquica não seria especificamente dirigida a Portugal; Lozano Navarro perfilha a ideia de que Filipe II tentou controlar o poder da Companhia no conjunto dos seus territórios<sup>43</sup>.

No que respeita à agenda global da Companhia, parece que o entendimento era favorável à aceitação da tomada de poder de Filipe II e, portanto, contrário à opinião do sector português que pugnava sempre por um rei natural. Os autores – entre os quais os já citados Francisco Rodrigues, Dauril Alden, Lozano Navarro – oferecem excertos de missivas que revelam como de Roma o Geral cuidava de evitar atritos desnecessários com Madrid. Sublinho o termo desnecessários, já que quando estavam em causa princípios essenciais, como aconteceu aquando da importantíssima questão das isenções fiscais sobre os bens eclesiásticos em 1637, Roma em unísono (ou seja, tanto o Geral quanto o Papado) apoiou o coleitor Castracani em Lisboa na defesa dos direitos da Igreja contra as determinações fiscalistas de Filipe IV. Matéria essencial foi também considerada a perda de dinâmica missionária no ultramar que resultava da decisão de Madrid em impedir a abertura das conquistas portuguesas e castelhanas a missionários não ibéricos<sup>44</sup>. Mais uma vez colidiam os interesses da

<sup>42</sup> ALDEN, Dauril, *The Making of an Enterprise. The Society of Jesus in Portugal. ...*, pp. 434-439.

<sup>43</sup> LOZANO NAVARRO, Julián J., *La Compañía de Jesus y el poder en la España de los Austrias*, Madrid, Cátedra, 2005, pp. 98-117.

<sup>44</sup> «Assim, para lá da mera rivalidade luso-castelhana, a primeira década de Seiscentos testemunhou a luta acirrada entre as autoridades de Madrid de um lado e a Cúria Romana e por vezes os Jesuítas do outro, no sentido de obstar ao interdito que os governo filipino impusera ao trânsito de missionários italianos para o Oriente. Uma questão só parcialmente resolvida em 1614 com a excepção aberta àqueles que fossem originários de territórios do Rei Católico. Nos anos imediatamente seguintes, a política restritiva de Madrid agravar-se-ia com a aplicação dessa medida a todos os estrangeiros destinados à Índia, e, em 1620, com a extensão da proibição a todas as conquistas da Coroa de Portugal», SALDANHA, António Vasconcelos, *Exclusivismo nacional e nacionalidades* (no prelo).

Monarquia Católica e os da Igreja, sendo que os eclesiásticos portugueses, entre os quais os jesuítas, não duvidaram em insistir na necessidade de recrutar missionários capazes independentemente da sua naturalidade. Note-se que depois de consagrada a ruptura em 1640, D. João IV não hesitou em aplicar medidas para os territórios ultramarinos portugueses similares às que Filipe IV tomara para o conjunto das suas possessões ibéricas<sup>45</sup>.

### Conclusão

Tal como se procurou demonstrar desde o início deste texto, creio bem que a aplicação de uma grelha de leitura demasiado enfeudada à dimensão nacionalista da acção política, simplifica uma questão bastante complexa. O que surpreende na compilação e na análise da literatura da época e, em particular, na prática política da monarquia, dos eclesiásticos, dos jesuítas e até do próprio duque de Bragança é a defesa circunstancial de interesses específicos. Assim, não parece haver estratégias concertadas e de longa duração, nem redes ou facções consolidadas. Não parece, igualmente, haver unidade de posições e de entendimentos dentro de cada uma das instituições sobre as distintas matérias aqui afluídas. O que parece sobressair é o carácter circunstancial e casuístico da acção política em torno do qual se mobilizam recursos e agentes de forma bastante instável.

A ideia da volatilidade da política nestas épocas não constitui qualquer novidade historiográfica, muito menos implica qualquer sugestão de irracionalidade dos actores políticos. Antes pelo contrário. Os argumentos que todos eles utilizam são dotados de coerência, pelo que a sua reconhecida plasticidade só radica numa boa capacidade de adaptação aos contextos específicos da acção. A ênfase que aqui se confere a esta dimensão serve sobretudo para contrariar leituras ainda demasiado assentes nas suas motivações nacionalistas ou patrióticas.

Segue-se, portanto, a perspectiva de que foi durante o reinado do primeiro Bragança que se estruturou um discurso e se arrolaram com coerência os argumentos que haveriam de persistir e influenciar toda a historiografia posterior. Como se disse antes, os estudos sobre António Vieira e a documentação que os

<sup>45</sup> Veja-se o comentário de François Lanier, embaixador de França em Lisboa quando disse que procurou falar com Pedro Vieira da Silva para lhe explicar que os franceses não devem ser tidos por estrangeiros, devendo ser autorizados a embarcar em navios que se dirigem para a Índia. E acrescentava que junto de Vieira da Silva estavam vários jesuítas e outros religiosos, que apoiaram a pretensão de Lanier. DEMERSON, Paulette (org.), «Correspondance diplomatique de François Lanier résident de France à Lisbonne, 1642-1644», *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XXXIII (1994) pp. 739-822 vol. XXXV (1996) pp. 713-797. (Relation, 22 mars 1643, p. 746).

uma série ampla  
ar e não apenas  
ia Católica pro-  
sos dos eclesiás-  
de implantação  
consenso crítico.  
tas da América

dade e tolerância  
anterior a 1580  
ia nas conquistas.  
consolidação que  
alegados abusos  
ca não seria espe-  
a de que Filipe II  
eus territórios<sup>43</sup>.  
e que o entendi-  
pe II e, portanto,  
pre por um rei  
Rodrigues, Dauril  
revelam como de  
adrid. Sublinho o  
rípios essenciais,  
ções fiscais sobre  
ja, tanto o Geral  
defesa dos direitos  
téria essencial foi  
umar que resultava  
ortugas e caste-  
n os interesses da

Portugal. ..., pp. 434-439.  
ia de los Austrias, Madrid,

de Seiscentos testemu-  
Romana e por vezes os  
impusera ao trânsito de  
em 1614 com a excepção  
os anos imediatamente  
essa medida a todos os  
is as conquistas da Coroa  
idades (no prelo).



suporta contêm numerosas evidências desse facto, e isso é especialmente no material do seu processo inquisitorial. Também os estudos já realizados sobre o período revolucionário e, em particular, sobre o esforço de propaganda que a *entourage* de D. João IV desenvolveu demonstram uma percepção relativamente clara sobre a recuperação de poder dos padres da Companhia junto dos círculos mais próximos do monarca, nomeadamente com a ocupação do cargo de confessor. Jerónimo Mascarenhas, um dos filhos segundos do marquês de Montalvão, que fugira de Portugal logo no início de 1641 para se manter fiel a Filipe IV, denunciou-o várias vezes, inclusive no Conselho de Estado: «assisten Religiosos de la Compañia de Jesus de la Prouincia de Portugal que tanto empeño a echo en esta traycion, assi en los principios della como en el discurso destes tres años, y los que alli estan son ordinariamente de los de mas autho- ridad de la Religion...». E acrescentava: «A principio se huuiera puesto Remedio en estas cosas quiça que huuieran obrado menos estos Religiosos, que ciertamente han sido perjudiciales assi por lo que les vi obrar y predicar en lisboa como por lo que hicieron en todo aquel Reyno, cuya Juventud toda los tiene por Maestros, y empieça a crecer com la doctrina que les na infundido de amor al Duque de Bergança, y de odio al rey nuestro Señor, no contentando se con lo que allá obran, sino metiendo cartas en Castilla y en todo el Mundo, con que pretenden desanimar a los Leales y confirmar a los traidores, siendo el Colegio de Roma la principal estafeta de sus inteligencias para lo qual sera necessario que en aquella corte assista persona que cuyde destas materias com çelo y com amor para que sus intentos se desuanescan...»<sup>46</sup>.

Idêntica opinião professava-se em Portugal, quer quanto à preparação da conjuntura, quer relativamente à consolidação do novo governo. E, valha a verdade, nem sempre laudatória. Tal como ocorrera antes de 1580, muitas das desventuras que o reino viveu depois de 1640 eram atribuídas ao mau aconselhamento que os jesuítas faziam ao monarca. Veja-se como o autor das *Monstruosidades do tempo e da fortuna* o ecoou: «Coisas eram estas indignas de suceder numa aldeia, quanto mais numa Corte; mas, Corte donde os Padres da companhia se metem no governo, que pode suceder senão o que não sucede numa aldeia? Governo em que muito se mexe, muito se erra; e não admite companhia, nem o amar, nem o reger. Monstro é um corpo com muitas cabeças, e monstruosidades são todos os partos dum Governo com muitas e de companhia»<sup>47</sup>.

<sup>46</sup> AGS: Estado, Legajo 3849 n.º 2. Jerónimo de Mascarenhas, «Papel sobre a revolta de 1640», 22 de Novembro de 1643. Agradeço esta indicação a Pedro Cardim.

<sup>47</sup> *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna*, Porto, F. Machado [depos.], vol. I (1662-1669), 1938, p. 97. Agradeço a Pedro Cardim esta sugestão.

Em jeito de conclusão pode assim afirmar-se que se o carácter bastante consensual das interpretações nacionalistas da historiografia é tributário do esforço seminal de legitimação que se fez tanto em Portugal, quanto nos cenários internacionais, da subida ao trono de D. João, 8.º duque de Bragança, o papel dos jesuítas nesse processo foi também muitíssimo importante. E foi importante não apenas na consolidação do novo governo, quanto da fixação de uma memória que atribuía relevância significativa ao papel da Companhia na viragem dinástica e que assim justificava a estreita proximidade com os novos círculos de poder.

### Bibliografia

- ALDEN, Dauril, *The Making of an Enterprise. The Society of Jesus in Portugal, its Empire and Beyond 1540-1750*, Stanford, California University Press, 1996.
- AZEVEDO, João Lúcio de, *A evolução do sebastianismo*, 2.ª ed., Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1947.
- AZEVEDO, João Lúcio de, *História de António Vieira*, 2.ª ed. t. I, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1931.
- BESSELAAR, J. van den, «As Trovas do Bandarra», *Revista ICALP*, vol. 4, Março de 1986, pp. 14-30.
- CIDADE, Hernâni, *A literatura autonomista sob os Filipes*, Lisboa, Sá da Costa, 1950.
- COSTA, Leonor Freire e CUNHA, Mafalda Soares da, *D. João IV*, Lisboa, Temas e Debates, 2007.
- CUNHA, Mafalda Soares da, *A Casa de Bragança (1560-1640). Práticas Senhoriais e Redes Clientelares*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000.
- CURTO, D. Ramada, *A cultura política em Portugal (1578-1642): comportamentos, ritos e negócios*, dissertação doutoramento, FCSH-UNL, 1994 [Texto policopiado].
- HERMANN, Jacqueline, *No reino do Desejado. A construção do sebastianismo em Portugal séculos XVI e XVII*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- LOZANO NAVARRO, Julián J., *La Compañía de Jesus y el poder en la España de los Austrias*, Madrid, Cátedra, 2005.
- MARQUES, João Francisco, *A Parenética Portuguesa e a Dominação Filipina*, Porto, INIC, 1986.
- RODRIGUES S.J., Francisco, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, Porto, Liv. Apostolado da Imprensa, ts. II e III, 1931-1950.
- RODRIGUES S.J., Francisco, «A Companhia de Jesus e a Restauração de Portugal. 1640», *Anais. 'Ciclo da Restauração de Portugal'*, vol. VI, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1942, pp. 325-405.
- SALDANHA, António Vasconcelos de, «Da ideia de Império na obra do Padre António Vieira. Ensaio sobre o universalismo no pensamento jurídico-político de seiscentos», edição revista de *Da Ideia de «Império» na Obra do Padre António Vieira S.J. Ensaio sobre o Universalismo e o Pensamento Jurídico-Político Hispânico de Seiscentos*, ed. do Consiglio Nazionale delle Ricerche - Celebrazioni Colombiani - Ricerche Giuridiche e Politiche. Materiali I/2, Roma, 1988.
- SALDANHA, António Vasconcelos, *Exclusivismo nacional e nacionalidades* (no prelo).
- SCHAUB, Jean-Frederic, «Le sentiment national est-il une catégorie pertinente pour comprendre les adhésions et les conflits sous l'Ancien Régime?» in Alain Tallon (dir.), *Le sentiment national dans l'Europe méridionale aux XVIe et XVIIe siècles*, Madrid, Casa de Velázquez, 2007, pp. 155-167.

o é especialmente nos  
s já realizados sobre o  
de propaganda que a  
recepção relativamente  
thia junto dos círculos  
cupação do cargo de  
ndos do marquês de  
1 para se manter fiel a  
io de Estado: «assisten  
le Portugal que tanto  
la como en el discurso  
de los de mas autho-  
niera puesto Remedio  
Religiosos, que cierta-  
r y predicar en lisboa  
aventud toda los tiene  
na infundido de amor  
io contentando se con  
do el Mundo, con que  
ores, siendo el Colegio  
lo qual sera necesario  
aterias com çelo y com

quanto à preparação da  
o governo. E, valha a  
es de 1580, muitas das  
ribuídas ao mau acon-  
-se como o autor das  
eram estas indignas de  
Corte donde os Padres  
senão o que não sucede  
se erra; e não admite  
um corpo com muitas  
verno com muitas e de

Papel sobre a revolta de 1640»,  
os.], vol. I (1662-1669), 1938,

